

## UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA.

Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo;; Edivânia Paula Gomes de Freitas; Kelli Faustino do Nascimento; Leandra da Silva Santos.

*Universidade Estadual da Paraíba; meiryllianne@hotmail.com; paula.edivania@gmail.com; leandratok@gmail.com; kellieduarda@hotmail.com.*

**Resumo:** Compreendendo a adolescência como um período da vida construído historicamente e sendo concebido e significado, pelos homens, a partir da cultura, do contexto social, político e econômico, procuraremos neste artigo, compreender como se dá o processo de vivência da adolescência em um contexto de (re)significação de um adolescente em situação de rua para um sujeito de direitos. Para alcançar esse objetivo, inicialmente realizamos um estudo bibliográfico sobre a construção sócio histórica do “menor de rua” no nosso País, para entendermos como a situação desses adolescentes foi influenciada a partir do descobrimento do Brasil, do processo de desenvolvimento e algumas, de suas consequências para a vida dos jovens pertencentes as famílias pobres. Em seguida, realizamos um estudo de caso com um adolescente de Campina Grande- PB, que vive em situação de rua e buscando compreender a construção da subjetividade desse sujeito, com base nas análises realizadas por Calil (2003). O estudo realizado nos fez perceber que apesar da existência de uma legislação que trata sobre os direitos da Criança e do Adolescente, ainda tem muito a ser feito, pois é visível a quantidade de crianças e adolescentes vivem do em situação de rua, sem ter seus direitos básicos garantidos, como por exemplo alimentação, moradia, saúde e educação. Percebemos que apesar da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda tem muita coisa a ser realizada, pois é preocupante a situação de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, sem ter a garantia de seus direitos básicos, tais como a alimentação e a moradia, para a sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** Adolescência; Significação; Ressignificação; Subjetividade; Situação de rua.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo compreender como se dá o processo de vivência da adolescência em um contexto de situação de ressignificação de “menor de rua” para um sujeito de direitos, analisaremos um adolescente, da cidade de Campina grande- Paraíba, que vive em situação de risco de rua. Além de buscar compreender a construção da subjetividade desse adolescente, identificaremos as estruturas de (re)significação e seus conteúdos não conscientes que constituem suas diferentes configurações subjetivas.



Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica para melhor ser compreendido como a “história do nosso País” contribuiu para que crianças e adolescentes como esse, chegassem ao atual estágio de “convivência através das ruas”. Foi feito uma breve linha do tempo, tendo como referência o texto de Calil (2003) para ter um entendimento de como a situação desses jovens foram tão influenciados a partir do descobrimento do Brasil, do processo de desenvolvimento que aconteceu no nosso País e suas consequências, e sobre o assistencialismo dado a esses moços.

O estudo de caso nos fez perceber que apesar da existência de uma legislação que trata sobre os direitos da Criança e do Adolescente, na prática esta não funciona como deveria, pois é bastante alarmante a quantidade de adolescentes que vivem em situação de rua, sem ter a garantia dos direitos básicos para sobrevivência que são alimentação e moradia.

## **2- METODOLOGIA**

Para a realização dessa pesquisa, optamos por fazer uso da abordagem qualitativa de cunho exploratório, na qual utilizamos como método o estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista e o procedimento descritivo-analítico para os resultados obtidos.

O estudo de caso foi realizado com um adolescente que vive em pré-situação de rua na cidade de Campina Grande – PB, assim tivemos uma conversa com ele para sabermos com maiores detalhes sobre a sua situação de vida, como vê as pessoas, como se enxerga e quais suas expectativas para o futuro, entre outros.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **3.1 EXCLUSÃO SOCIAL. ADOLESCENCIA COMPREENDIDA A PARTIR DA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DO “MENOR”.**

No período colonial e do império as crianças abandonadas eram conhecidas como “expostos” ou “enjeitados”. Os órfãos eram deixados no lugar conhecido como “casa de exposto” e “roda”, que tinha por finalidade regular os desvios da organização familiar.

Com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e o início do processo de industrialização – que se deu no final do século XIX com o início do século XX – houve um aprofundamento dos desequilíbrios e desigualdades sociais. Toda essa problemática tornou-se o centro das preocupações nacionais.





Um dos motivos dessa problemática de exclusão, abandono de crianças e adolescentes foi devido a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravatura, foi dada a liberdade, porém não lhe deram direitos, tornando os negros e seus descendentes a primeira grande massa brasileira de excluídos.

Com esse novo tipo de questão social, problemática, desordem social a instituição “roda de expostos” não comportava mais órfãos e abandonados e foi considerada como ineficaz e decadente. O surgimento dessa problemática levou os juristas a cobrar da sociedade e do Estado uma atitude nova em relação a essas crianças que se encontravam em situação tão crítica. A intenção desses juristas era de assegurar uma assistência, prevenir e garantir um futuro saudável para a sociedade, que as crianças fossem retiradas das ruas e colocadas em lugares que cuidassem e disciplinassem. De acordo com Frontana apud CALIL (2003) “[...] os juristas defendiam que as crianças fossem retiradas das ruas e colocadas em instituições disciplinadoras, responsáveis por sua reintegração ao convívio social”. A partir desse movimento em 1927 é promulgado o código de Menores. Com essa normativa é transferida a questão do “menor” para a competência da assistência e proteção promovendo a abrangência dos saberes médicos, pedagógicos, e morais, construindo um novo modelo de institucionalização com bases científicas e racionais.

Com o crescimento populacional ocasionado nos anos de 1940/1950 o crescimento da economia brasileira, o novo modelo de urbanização e o êxodo rural, fez com que houvesse uma disparidade social na distribuição de renda, alargando um contexto de pobreza extrema. Houve um descontrole populacional, contribuindo para uma desordem de planejamento das cidades, muita gente e pouco lugar para morar e trabalhar. Muitas pessoas passaram a ocupar praças, cruzamento, viadutos, aumentando cada vez mais a falta de renda, moradia, criminalidade e contrastes sociais. De acordo com Calil (2003) esses acontecimentos contribuíram para “fortalecer a relação causal entre pobreza e criminalidade” levando a mobilização de diversos setores da sociedade a buscarem métodos de controle e repressão dos conflitos sociais.

Em 1964 com a ascensão dos militares no poder o Juiz de Menor passa a ter prerrogativa legal para decretar a sentença de abandono, quando esse entendesse que os pais fossem incapazes de garantir o sustento material e moral da criança, passando a responsabilidade de cuidados para o Estado e seus pressupostos. As crianças eram internas até idade limite de 18 anos (Silva apud CALIL (2003)).

Essa medida de internação não vingou, pois, os problemas não foram resolvidos, e com o aumento das demandas as instituições tornaram-se inchadas por causa do crescimento de internações de crianças e adolescentes – com o parecer de abandono –, e por outro lado aumentava o número de jovens que adotavam a rua como local de sobrevivência.



Com criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na perspectiva da construção de condições mais justas e igualitárias para garantir os direitos da população infanto-juvenil, O Código de Menores tem sua alteração no ano de 1979, adotando a Doutrina Jurídica da Proteção ao Menor em Situação Irregular. Em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é abolido o termo “menor”, garantido a todos como indivíduo de direitos, que sejam atendidos através de uma política voltada a atenção integral a seus direitos.

Embora o termo adolescência tenha sido adotado no Estatuto da Criança e Adolescente, somente em 1990, o conceito de adolescência surgiu no século XIX, apresentado por Rousseau; esse conceito define a adolescência como um “estado” específico. De acordo com a concepção sócio-histórica descrita pela psicologia, a adolescência é um período que faz parte da construção do ser humano em sociedade, tendo suas características determinadas através das relações sociais e culturais que estabelece no meio em que vive. Deste modo, a adolescência está além de fatores biológicos, na contemporaneidade a adolescência é vista como um período de latência social, que apresenta alguns atributos considerados comuns nesse período, tais como: a busca da identidade, conflitos emocionais com os pais e a contradição entre o que o jovem precisa e o que sua condição social pode proporcionar.

A partir desse contexto pode surgir uma situação de risco, caracterizada pelos múltiplos fatores políticos, socioeconômicos, e ambientais, que podem influenciar de forma negativa no desenvolvimento e aquisição de habilidades, no desempenho de papéis sociais, gerando dificuldade na transição da infância para adolescência e conseqüentemente para idade adulta. Esse risco é ainda maior quando meninos e meninas vivem em situação de rua, pois se tornam mais vulneráveis, aos sofrimentos físicos e psicológicos, possibilitando assim que mergulhem em uma desordem social.

### 3.2 UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

A significação, segundo Calil (2003), é algo muito particular, subjetivo de cada sujeito. Algo que significa para um indivíduo pode não ser tão significativo para outro. Essa subjetividade é construída a partir das relações que se estabelecem, seja na família, na roda de amigos, na escola e na sociedade como um todo. É no convívio com o outro que nos constituímos quem somos, o que gostamos, o que não gostamos, o que queremos, ou seja, nos diferenciamos ou nos identificamos enquanto sujeitos.



De acordo com Vigotski (1998 b apud CALIL 2003), é através do discurso que compreendemos o significado oculto às palavras. Há um subtexto que precisa ser entendido, decifrado. As palavras revelam a base “*afetivo-volitiva*” do sujeito, ou seja, a base dos seus desejos, de suas vontades, de suas emoções, tudo que é subjetivo, aparecerá no discurso.

Em seus estudos sobre a adolescência em situação de rua, construção d processo de significação a autora, anteriormente mencionada, verificou que o principal motivo para um adolescente sair de casa e ir às ruas, é a violência doméstica. A violência reduz a criança à condição de “objeto de maus-tratos”, A pobreza, o excesso de cobranças de um mundo competitivo, o alcoolismo e a dependência de drogas, são apontados como as causas que levam os pais a serem violentos com os filhos. Nesse contexto, as ruas ganham um significado de superação, de liberdade, de resgate de seu papel como sujeito, pois o adolescente passa a ser o provedor de sua família.

É nas ruas que esse sujeito ganha uma “nova identidade”, que colabora com a manutenção de seus laços afetivos familiares. Lugar em que o adolescente, seja pedindo, limpando para-brisas nos sinais ou vendendo guloseimas, rompe com o processo de “coisificação” e assume um papel de provedor. Essa nova identidade de “menino de rua”, tem implicações negativas em vários aspectos da vida do adolescente entre tantos, citamos aqui as que se referem a vida escolar e profissional.

Em relação ao processo de escolarização, é possível afirmar que a escola por ser um espaço regido por regras, normas difíceis de serem cumpridas por um adolescente em situação de rua que experimenta, quase sempre, sensação de independência e autonomia, a escola será o lugar que lhe causará estranheza. A inadequação as normas, leva mais uma vez, a exclusão. A todo o momento, esse adolescente busca sua ressignificação social, e é nas inter-relações com outros “menino de rua” e com sujeitos que de alguma forma o percebe, que acontece o fortalecimento de sua autoestima e uma possibilidade de desejo de mudança.

Mas como se dá no cotidiano da vida do adolescente que se encontra em situação de rua, a construção desse sentimento e o desejo de mudança? Essas indagações estiveram presentes durante a realização do nosso trabalho que surgiu a partir de uma atividade da disciplina (Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem II), na qual na qual estudamos sobre adolescência. A partir do estudo, surgiu o interesse em fazer um estudo de caso sobre o processo de significação e ressignificação de um adolescente que passa grande parte do tempo na rua. Desenvolveremos a seguir os resultados da entrevista que foi realizada com o adolescente e que serviram de base para as discussões para o estudo de caso.



### 3.3 CARACTERIZAÇÃO DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO

Através do senhor Ramon Torres que é coordenador da Pastoral de rua, Irmãos de Francisco, organizada pela igreja católica da Cidade de Campina Grande – PB, conseguimos manter contato com um adolescente e sua respectiva família. Por trabalhar com moradores em situação de rua há quatro anos, Ramon facilitou-nos o contato com o adolescente e sua família e, também nos relatou que “Não existe morador de rua, mas morador em situação de rua”. E que João é considerado um pré-morador em situação de rua, pois apesar da falta de estrutura, tem um abrigo e vive com sua família. Sendo que mesmo assim vivem em condições sub-humanas. Conforme estatísticas feitas pela pastoral de rua existem hoje em Campina Grande cerca de 300 (trezentos) moradores em situação de rua. E que só nas proximidades da feira central existem de 50 a 70 pessoas que vivem nestas condições.

Depois do contato com o Coordenador da Pastoral de Rua, acima citado, foi realizada uma entrevista com um adolescente em situação de rua da cidade de Campina Grande – PB, o mesmo tem 12 anos de idade e para esta descrição usaremos o nome fictício “João”.

A família de João veio de Caruaru em busca de melhoria de vida, no entanto vive em barraco construído com papelão localizado próximo a rodoviária nova da referida cidade. O adolescente vive com os pais e três irmãos; os vizinhos são os tios e a avó. O pai trabalha catando material reciclável e a mãe cuida dos irmãos mais novos, sendo que os dois são alcoólatras e a família é mantida praticamente pelo lanche e pouco dinheiro que João consegue na rua.

### 3.4 SIGNIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE

João é um adolescente de 12 anos que vive em situação de rua, o garoto passa grande parte do dia na rua pedindo ajuda as pessoas que encontra. João relatou que sai de “casa” muito cedo enquanto todos ainda estão dormindo. Quando perguntamos como é o local em que ele mora, o mesmo respondeu: “*Uma cabana, não sei por que moro assim. Gostaria de morar numa casa. Pode ser boa ou um pouquinho quebrada, mas a gente ajeita, para dormir dentro*”. Sua maior vontade é trabalhar para ajudar a família, principalmente seus irmãos.

Quando indagado sobre a escola, João relatou que vai à escola, sendo que falta muito, pois prefere ir para a rua pedir ajuda. E também quando vai, não consegue aprender muita coisa, tem dificuldades. Sabe ler pouco, mas disse que a professora o ajuda. Nas tarefas da sala os colegas



também o ajudam. Já as “atividades de casa” ele não consegue fazer. Disse que a professora reclama, mas ele nunca faz, porque não sabe responder.

Indagamos se os colegas têm conhecimento de sua situação, João relatou que não gosta de contar aos colegas que vive na rua. Disse que a professora nunca perguntou onde ele mora, mas já chamou os pais para conversar. Contou ainda que está suspenso da escola, porque bateu em um menino, pois o garoto chamou sua mãe de um “palavrão”.

O adolescente nos falou que gosta de ficar na rua, pois ganha muitas coisas, apesar de receber muitos “não”. Disse que ganha lanche e algum dinheiro, o lanche ele divide com os irmãos e o dinheiro sempre entrega todo a sua mãe. Já ganhou uma bola e uma bicicleta, sendo que esta última foi “roubada”, fez este relato com os olhos em lágrimas, e nos confidenciou que chorou muito. O curioso é que provavelmente quem fez este “roubo” foi o próprio pai, para comprar bebida alcoólica.

Quando comentamos sobre as lembranças da infância, João disse não ter boas recordações da época, pois sempre viveu desta forma. Mesmo pequeno, sempre fugia de casa para pedir dinheiro e comprar comida.

Ao perguntarmos sobre seu maior medo, João respondeu: “*Tenho medo dos meninos grande me machucarem, uma vez um menino tentou me enforcar, eu fiquei todo vermelho, a sorte foram os condutores do serviço de moto taxi. “Ele queria tomar meu dinheiro”.*”

Em relação às expectativas de futuro, João diz não ter muitas, sendo que acha que serão mal, mas disse: “*Quero ser jogador, jogo bem, no meio. Sei que tem que estudar bem muito*”. Perguntamos: *E se não for jogador?* Ele respondeu “*Quero trabalhar num mercado ou ser pintor. Qualquer coisa que possa ajudar meus irmãos e minha família*”.

Sobre as pessoas, João diz: “*Acho que tem mais pessoas boas. Mas conheço muita pessoa ruim*”. Quando pensa na vida se sente triste e diz: “*A vida seria boa se morasse numa casa, meus pais comprando coisa para dentro de casa e eu trabalhando para ajudar também*”.

As questões trazidas por João nos ajudaram a compreender a construção da subjetividade deste adolescente e a refletir sobre a resignificação, que vai sendo construída a partir de sua experiência de estar na rua. É o ponto que passaremos a analisar a seguir.

### 3.5 RESSIGNIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE



Segundo afirma Calil (2003), um adolescente em situação de rua, adquire uma nova identidade, definida a partir das relações que são estabelecidas no grupo social. Com base nessa afirmação, perguntamos para João como ele acha que a sociedade o vê, ao que responde rapidamente: *“Eles me veem como um trombadinha, acham que eu vou roubar”*. Ao responder que a sociedade o vê como um “trombadinha” ou “menino de rua”, João adquire uma nova identidade. Identidade essa que, ainda segundo a autora, abre possibilidade de emancipação, ausência de cobranças, sensação de liberdade. Essas possibilidades apresentam pontos positivos, mas também, pontos negativos, já que nas ruas tem suas próprias regras. Essa liberdade esconde a repressão, pois para se manter em segurança, é preciso cumprir com algumas normas estabelecidas por adolescentes em situação de rua mais velhos, que geralmente “mandam mais”.

Ao perguntarmos sobre o que ele pensa ou espera do futuro, João afirma que seu sonho é ser jogador de futebol, mas que para isso ele sabe que tem que estudar muito. Se não conseguir realizar esse sonho, quer *“trabalhar em qualquer coisa para ajudar seus irmãos”*. Nessa fala, podemos verificar a afirmativa da autora quando diz que nas ruas, o papel de provedor e o trabalho precoce, prejudicam no processo de escolarização e profissionalização, deixando assim escolhas restritas a uma ocupação desqualificada e desvalorizada.

Nas análises sobre o processo de significação, Calil (2003) aponta a violência como o principal motivo para uma criança ou adolescente sair de casa. Ainda em sua análise, a autora mostra que uma das causas da violência doméstica é a pobreza, pois os pais sem os meios de lidar com as dificuldades financeiras, não têm controle psicológico e acabam atingindo os mais fracos, são os filhos, no caso em análise de nosso trabalho o João. Além do mais a cobrança do mundo competitivo, agrava essa sensação de impotência, levando ao uso de álcool e outras drogas. Na situação de João, verificamos que o pai é alcoólatra e o dinheiro que recebe da reciclagem, vai todo para o vício ficando assim a carga de manutenção da família na responsabilidade do adolescente.

As dificuldades próprias ao processo de passagem da infância para a adolescência, que poderiam ser solucionadas ou minimizadas com apoio e orientação da família, agravam-se nas crianças em situação de rua, em função da ausência de políticas públicas dirigidas à ajudar essas famílias, causando desagregação familiar. Contudo, apesar das dificuldades, é possível notar que João tem um grande afeto pela família, pois em todo momento este afirma querer trabalhar para ajudar aos irmãos.

#### **4 CONCLUSÃO**



A adolescência é um período repleto de dúvidas, descobrimentos, angústias, rebeldia e bastante turbulência na vida de uma pessoa, sendo que para os adolescentes que vivem em situação de rua, por não possuírem muito “tempo” nem oportunidade para expressar certos sentimentos, estes têm uma vida tão marcada pelo medo e sofrimento que esta fase quase não é percebida.

Nesse estudo de caso, foi possível observar que as fases de significação e ressignificação do adolescente João acontecem em meio a momentos de muita agitação, pois foi “emancipado” precocemente, tornando-se o provedor da família. Contudo João não perde os laços afetivos familiares e se mostra disposto a continuar lutando para sanar parte das necessidades básicas de seus irmãos e pais.

Antes de chegar ao momento da conversa para essa pesquisa, tínhamos a noção de que a vida de uma pessoa que “tira” das ruas o seu sustento, ou até mesmo sobrevive nela, era difícil. Entretanto, a experiência nos desvendou os olhos para uma realidade que, até então, tinha se tornado um fato invisível. Realidade esta, que nos acompanha todos os dias quando vamos fazer as nossas atividades cotidianas, compras de supermercados, passeios no parque, idas ao shopping dentre outras, mas não enxergamos esses garotos e garotas que compartilhas das mesmas necessidades que qualquer um ser humano sente.

Como futuras pedagogas, constatamos a importância de um olhar que veja o aluno como um ser individual que traz consigo sua história e realidade. Nesse caso que analisamos, a professora poderia ser um elo de fortalecimento para a ressignificação de (João), mas ao que pudemos verificar, pelas próprias palavras dele, ela nunca perguntou sobre sua vida, suas dificuldades. Sabemos que não depende só da professora, mas ela poderia ter enxergado aquele garoto.

Para que o menino em situação de rua possa ser percebido e principalmente ser enxergado como um sujeito de direitos, é preciso o reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. É a partir desse reconhecimento que se inicia o processo de transformação de sua autoestima que possibilitará, em primeiro lugar, a saída das ruas, pois o colocará em pé de igualdade com aquelas pessoas que pensam que ele é um “trombadinha”, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente, define limites, deveres e direitos que devem ser comuns à todas as crianças e adolescentes. A partir deste momento, de descobertas de seus direitos e deveres, o adolescente em situação de rua passará a acreditar na possibilidade concreta de realizar seus sonhos. Romperá com o significado de fracasso e de sua continuidade e passará a se sentir capaz de vencer utilizando de suas experiências como fonte de aprendizagem.



Como custou caro o “desenvolvimento acelerado” do nosso País, uma minoria pensou no “seu” e nos “seus”, esquecendo que por trás do crescimento de seus rendimentos, existiam vidas que foram ignoradas, largadas, exploradas, maltratadas, humilhadas, expostas as piores situações. E no meio dessas vidas, existiam crianças e adolescentes que não tiveram as oportunidades que esse “desenvolvimento” trouxe. Pelo contrário, não foram lhes dado direitos de ir e vir, de estudar, de serem verdadeiramente crianças e cuidadas pelos seus pais, de terem um lar digno de morar e uma alimentação digna de um ser humano, mais se preocupam em correr atrás de sua sobrevivência, não importando como conseguir e de que forma, para assim como manterem-se vivos e ajudar os seus familiares a conseguirem sobreviver no meio de tantas desigualdades e descaso para com suas vidas.

Tanto distanciamento causou uma lacuna enorme, de não olhar mais o próximo com um olhar de igualdade, de humano, e sim de repúdio quando o próximo não está vestido com roupas limpas, perfumadas, com uma higiene “adequada”, com os rótulos impostos por uma sociedade mesquinha que só pensa no acúmulo de bens, com o básico “necessário”, e principalmente quando se refere a crianças e jovens, é que ocorrem as piores discriminações pela sua condição social. Nos habituamos a olha-los não pelo ser, indivíduo que ele é, e sim pela significação da imagem que foi ao longo do tempo criada e cristalizada em nossas mentes – eles causam algum dano. Ao nos depararmos com esses jovens na maioria ou quem sabe todas às vezes, queremos nos livrar de suas presenças, deixando para trás uma vida que, muitas das vezes, querem um socorro, um sorriso, alguém que possa compreendê-las ou talvez dar-lhes a devida atenção – uma ajuda mínima que seja.

## REFERÊNCIAS

CALIL, M.I. DE MENINO DE RUA A ADOLESCENTE: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (org.) **ADOLESCÊNCIAS CONSTRUÍDAS: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 137 -166.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente> >. Acesso em: Abril de 2016.

